



**LARISSA NERI DA SILVA**

**MULHERES NEGRAS SE VEEM NO ENSINO SUPERIOR?**

**LAVRAS - MG**

**2023**

**LARISSA NERI DA SILVA**

**MULHERES NEGRAS SE VEEM NO ENSINO SUPERIOR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do Curso de Administração  
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dra. Nathália de Fátima Joaquim  
Orientadora

**LAVRAS - MG**

**2023**

**LARISSA NERI DA SILVA**

**MULHERES NEGRAS SE VEEM NO ENSINO SUPERIOR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 27 de fevereiro de 2023

Prof. Dra. Nathália de Fátima Joaquim UFLA

Paula Pereira de Alvarenga PRAEC/UFLA

Prof. Dra. Nathália de Fátima Joaquim

Orientadora

**LAVRAS - MG**

**2023**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a mim pelo esforço, dedicação e persistência que tive ao longo de todos esses anos. Foi um processo de reconhecimento e identificação, a qual durante muitos anos foi silenciado para a população negra, sobretudo para nós mulheres pretas.

Aos meus pais Maria Célia e Nilson, por serem exemplo em minha vida de humildade e força para alcance dos nossos objetivos. Por acreditarem e cuidarem de mim, para que eu fosse capaz de alcançar e conquistar o meu maior sonho, que são os estudos.

Às minhas sobrinhas Lara e Helena que diariamente trazem alegria, risos e cor aos meus dias, expressando com pureza as várias formas do amor.

Às minhas irmãs Thaynara e Tamara, e ao meu irmão Jeferson, por serem exemplo e referência para mim de companheirismo, cumplicidade e amor.

À minha avó Messias, que desde pequena me levava à escola, eu gostaria de agradecer por trilhar esse caminho desde cedo comigo. Às minhas tias e tios, primas e primos maternos e paternos, agradeço por serem minha família e por celebrarem comigo cada conquista.

Às minhas amigas e amigo do curso de Pedagogia (Thairine, Letícia, Nathália, Milca, Marcela, Camila e Patrick), que tive a oportunidade de conhecer e conviver por dois anos, vocês foram essenciais para a minha formação acadêmica.

Às minhas amigas Ana Paula e Ana Luísa, e ao meu amigo Heverton, gostaria de agradecer por todo apoio, perrengues, choros, risadas, fofocas e à amizade que construímos durante esses quatro anos que convivemos juntos. Vocês fazem parte da minha história, e contribuíram para que eu acreditasse em mim, e concluísse esse processo do Ensino Superior.

Aos meus demais amigos e amigas eu poderia escrever em detalhes o nome de cada um, e como me apoiaram e incentivaram a trilhar essa jornada, porém como são muitos prefiro resumi-los à palavra AMIZADE. Vocês significam muito para mim e estão dentro de um espaço em meu peito que é repleto de afeto e amor.

Por último, e não menos importante, agradeço à Paula pela presteza de compor minha banca. De maneira especial gostaria de agradecer à minha professora Nathália, que desde o início aceitou e abraçou todas as minhas ideias e sonhos, me permitiu acreditar que o final dessa trajetória seria possível. Você para além da palavra “professora” foi carinho, amor, colo, compreensão, dentre outros adjetivos que me acolheram e foram essenciais ao longo da escrita deste trabalho. Você criou possibilidades para a minha construção e produção enquanto pessoa e estudante. Você se faz presente e figura nas escritas de Paulo Freire, pessoas assim como você,

se fazem necessárias para nós mulheres pretas. Estou orgulhosa por fazer parte de sua história pessoal e profissional.

## RESUMO

O Ensino Superior no Brasil ao longo de muitos anos passou por transformações em sua implementação, que foram significativas para o acesso e permanência dos estudantes à cursos de nível superior, sobretudo para a população negra que obteve a possibilidade de ampliar sua representatividade dentro do ambiente acadêmico. A aprovação da LDB no ano de 1996, proporcionou a execução das políticas públicas educacionais, além da Lei de Cotas implementada no ano de 2012, que também transformou o cenário da educação brasileira. Neste contexto, o presente trabalho objetivou identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pretas estudantes do ensino médio da rede pública em acessar o ensino superior e como as políticas públicas relacionadas ao ensino superior podem contribuir para esse processo. A pesquisa utilizou a metodologia do estudo de caso e coleta de dados feita por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres pretas e estudantes do ensino médio de uma escola pública da cidade de Lavras MG. As entrevistas abrangeram aspectos da transição do ensino médio para o ensino superior, a desigualdade racial e de gênero, vulnerabilidade socioeconômica, demais impedimentos (históricos, culturais e sociais) e o papel das políticas públicas no ensino superior. A sessão de análise de dados evidencia quais as dificuldades das estudantes objeto desse estudo e as categorias que influenciam no acesso das mesmas ao ambiente acadêmico. A maioria das entrevistadas se imaginam no ensino superior, porém as dificuldades pessoais e sociais que enfrentam interferem no acesso delas aos cursos de nível superior. A partir das entrevistas, foi possível identificar como o racismo ainda se faz presente em diversos âmbitos da sociedade, seja em espaços públicos ou privados. Assim, torna-se importante uma melhoria das políticas públicas, sobretudo as educacionais, para que as mulheres pretas se identifiquem e ocupem seu espaço no acesso ao ensino superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Acesso. Mulheres Pretas. Desigualdade Racial. Desigualdade de Gênero.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 Transição do ensino médio para o ensino superior .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 Desigualdade racial e de gênero, vulnerabilidade socioeconômica e demais impedimentos históricos, culturais e sociais, que influenciam as mulheres pretas a acessarem o ensino superior .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 Papel das políticas públicas de acesso ao ensino superior em relação à percepção de mulheres sobre a universidade .....</b>	<b>14</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Análise de dados.....</b>	<b>18</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre educação superior no Brasil, e os fatores sociais e históricos atrelados ao ensino, são influentes para o desenvolvimento do mesmo no país. As transformações ocorridas no ensino superior ao longo dos últimos anos, foram importantes para expandir o acesso e permanência dos estudantes à uma educação pública de qualidade.

A educação no período colonial e imperial era considerada apenas como segundo plano, e atendiam às necessidades da época, sendo destinadas às pessoas que faziam parte da elite do poder. Após a implantação do Estado Novo, no ano de 1937, passou a ser considerada como estratégia para tratar as questões sociais e combater a depravação ideológica (GISI, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), criou novas modalidades de instituições de ensino superior, como os centros universitários e as universidades especializadas por campo de saber. A aprovação da LDB, em 1996, foi um marco no desenvolvimento da história da educação no Brasil, que proporcionou a execução das políticas públicas educacionais e ampliação no número de cursos de nível superior no país.

As políticas públicas de acesso ao Ensino Superior são consideradas para Andrade e Silva (2019), iniciativa de inclusão de grupos menos favorecidos. As políticas públicas estão relacionadas aos direitos sociais e buscam suprir as necessidades da população, sobretudo as políticas educacionais, que possui o papel de proporcionar educação de qualidade aos estudantes, com um ambiente propício para o desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo (ANDRADE; SILVA, 2019).

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo a realização de uma pesquisa sobre a efetividade e seguridade das políticas públicas relacionadas ao acesso das mulheres negras ao Ensino Superior no Brasil. Sob uma perspectiva sociopolítica das relações sociais das estudantes negras do Ensino Médio, através do estudo descritivo de uma escola estadual da rede pública, no município da cidade de Lavras – MG.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando de metodologia do estudo de caso e a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres pretas, estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública na cidade de Lavras.

Dessa maneira, procurou-se compreender quais as dificuldades enfrentadas por estudantes pretas que estão cursando o ensino médio na escola pública analisada, para que estas acessem o ensino superior e compreender as perspectivas destas meninas pretas nesse processo.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Transição do ensino médio para o ensino superior

A oportunidade de entrar em uma universidade é uma expectativa e sonho para muitos jovens, pois é o momento em que se cria possibilidades para que as pessoas desenvolvam uma qualificação, e conseqüentemente se insiram no mercado de trabalho com mão de obra qualificada para exercer uma profissão. Como apontam Carvalho e Waltenberg (2015, p. 371), “no caso da educação superior, os ganhos são mais elevados e os impactos no mercado de trabalho e na capacidade de absorção de inovação tecnológica e na produtividade são ainda mais expressivos”.

Ao longo do ensino médio, os alunos passam a maior parte do tempo estudando, e se preparando para o vestibular, para logo ingressar na faculdade. Mas a realidade não é a mesma para todas as pessoas, que muitas vezes necessitam conciliar escola com o trabalho, ou até mesmo precisam, por questões pessoais, deixar os estudos para dedicar-se apenas ao trabalho para complementar a renda familiar. O que não se diferencia quando ingressam em um curso superior, pois ao longo da faculdade, há muitos estudantes que também precisam conciliar os estudos com a rotina de trabalho, e por vezes enfrentam dificuldades para permanecer no curso. Assim, para Carvalho e Waltenberg (2015, p.372), no caso do ensino superior, a maneira de minimizar o problema de acesso de certos grupos se dá por meio de políticas de ação afirmativa.

As políticas de ação afirmativas, são importantes no processo de transição do ensino médio para o ensino superior, pois influenciam na busca por equidade no ambiente universitário. Mas é necessária uma maior compreensão no tratamento dessas políticas, para alcançar o seu objetivo principal, e garantir o acesso, a permanência e o progresso acadêmico dos estudantes beneficiados pelas políticas de ações afirmativas (SILVA, 2019).

A transição do ensino médio para a universidade, é marcada por medos, incertezas e expectativas, em relação ao curso que se pretende estudar e a profissão a qual se escolhe exercer. Porém, nesse processo, como dito anteriormente, existem fatores que podem interferir e definir, se os alunos irão conseguir ou não, ingressar e permanecer em um curso superior (PINHO et al., 2015).

Almeida et al. (2000) destacam três variáveis que interferem no processo de transição e adaptação dos estudantes ao Ensino Superior. A primeira variável está associada à aprendizagem, a segunda variável relacionada ao desenvolvimento psicossocial de cada indivíduo, e a terceira variável está ligada ao contexto em que o estudante se insere.

O fator que influencia (a princípio) e define se o estudante irá passar do ensino médio para o ensino superior, está relacionado à perspectiva que ele possui em relação à proximidade e entendimento de cursar um curso superior, pois é nesse momento que o indivíduo conhece a si mesmo, desenvolve sua personalidade e identidade, sendo esse entendimento inicial fundamental para que os estudantes se sintam preparados para o ensino superior. A mesma perspectiva ocasiona uma incerteza de não conhecer o ambiente novo que fará parte, se existirá apoio emocional e financeiro neste novo período que se inicia, bem como a consciência das possibilidades que o estudo pode proporcionar socialmente e profissionalmente em relação à vivência do aluno, qual o caminho a ser seguido, qual curso escolher, qual universidade adentrar, quais chances de conseguir permanecer dentro do ambiente universitário, dentre outras condições externas como a relação com a família e amigos, que vão garantir essa transição (PINHO et al., 2015).

A informação é o fator que irá fomentar a perspectiva criada pelo estudante ao passar do ensino médio para a universidade. Quanto mais informações o estudante obtiver sobre o curso e a universidade a qual pretende escolher, melhor será sua adaptação ao ambiente universitário, bem como as relações sociais que serão desenvolvidas no decorrer de sua vida acadêmica. Reis e Tenório (2009, p.8) consideram que não basta somente ter acesso ao ensino superior, e é errado considerar as políticas de ação afirmativa limitadas apenas ao seu conceito. Para os autores a discussão sobre o acesso vai para além de escolhas pelo tipo de curso, mas também o que se denomina como permanência material, como condições de transporte, alimentação e aquisição de conteúdo para estudo, bem como condições de integração e sobrevivência no ensino, que eles denominam como permanência simbólica.

Pinho et al. (2015, p.35) afirmam, com base no que defendem Igue Bariani e Milanese (2008), que:

O desconhecimento de informações básicas dificulta ainda mais a integração, juntamente com expectativas iniciais equivocadas que podem causar decepções decorrentes do choque com a realidade que é encontrada na universidade a qual o estudante necessita se adaptar.

Além disso, Pinho et al. (2015, p.35) também apontam que:

A socialização com outros estudantes mostra-se como fundamental, não apenas pelo caráter afetivo-emocional, mas também como uma maneira de estabelecer a troca destas informações e para que o sujeito se sinta parte de um grupo no qual possa haver identificação.

Dessa maneira, o conhecimento é ideal para nortear os estudantes sobre qual caminho escolher, mas é importante ressaltar que suas características individuais, como aspectos culturais, sociais e territoriais, também contribuem para esse processo.

Segundo Andrade (2006 citado por SOARES & COELHO, 2011, p.136) “o pertencimento se constitui em um processo envolto em tensões que frequentemente geram negação ou rejeição ao sentimento de pertença ao grupo”. Assim, faz-se necessário, principalmente para as mulheres pretas, romper os impactos dos discursos sociais, e estreitar as relações nos espaços sociais, através do reconhecimento de sua história, cor, e cultura, para se sentirem pertencentes à sua identidade, e posteriormente se sentirem parte do universo acadêmico.

## **2.2 Desigualdade racial e de gênero, vulnerabilidade socioeconômica e demais impedimentos históricos, culturais e sociais, que influenciam as mulheres pretas a acessarem o ensino superior**

A mulheres, ao longo da história, buscam sua independência pessoal, educacional, profissional e econômica, a fim de conquistarem seu espaço, e visibilidade social. Sobretudo as mulheres pretas, que lutam por maior representatividade, dentro de diferentes espaços na sociedade, conforme afirmam Silva e Monteiro (2018, p.4):

O contexto de discriminação e estereotipização experimentado pela população negra brasileira, em especial, pelas mulheres negras é fruto das construções impulsionadas pelo mito da democracia racial, implantado estrategicamente no imaginário social brasileiro.

Na sociedade brasileira as ações de exclusão e inclusão representam uma abertura que dificulta para que o grupo negro ocupe e assegure seus direitos de cidadania, o que desencadeia a não identidade desses indivíduos. As condições socioeconômicas vivenciadas pelos negros são marcadas pelas desigualdades, e isto se torna presente em espaços sociais mais desejados e de maior influência, como é o caso do ensino superior público e no mercado de trabalho, em que se necessita um maior esforço das pessoas negras para se inserirem e adaptarem a esses ambientes (SANTOS; SCOPINHO, 2015).

Nas últimas décadas, devido ao aumento de número de vagas e as políticas de democratização de acesso ao ensino superior público, houve mudanças significativas no acesso das pessoas negras ao ensino superior no Brasil. Segundo Silva (2020) em seu texto, a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostra que as mulheres negras representam o segundo maior grupo de estudantes de nível superior, e analisando apenas o ano

de 2017, dos novos alunos que ingressaram no ensino superior 29,3% foram mulheres negras, 28% de mulheres brancas, e 22,4% e 19,6% de homens brancos e negros, respectivamente. Observando apenas ingressantes na rede pública de ensino nesse mesmo ano, há uma mudança no perfil, em que homens brancos e negros representam 24,4% cada um, e mulheres negras permanecem sendo o maior grupo representando 28,4%.

Mesmo com os avanços nos últimos anos, as mulheres permanecem sendo sub representadas na sociedade, sobretudo na área da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, muito pelo fato de que à medida que os cargos dentro dessas áreas aumentam, a representatividade das mulheres cai. (REVISTA MULHERES NA CIÊNCIA, 2019).

Segundo Hilário e Santos (2021), a maior parte das meninas pretas desde muito novas, trazem consigo a responsabilidade que a intersecção raça, gênero e classe social lhes concede. Para elas, ser criança e sonhar com o futuro que desejam, é um privilégio que não podem se permitir. Elas precisam se colocar em uma posição menor, para se encaixarem nos espaços destinados na escola, nas relações afetivas e profissionais, para resistirem à sobrevivência.

A desigualdade racial e de gênero está presente em todo processo histórico/cultural da humanidade, e possui uma marca evidente de preconceito e exclusão, que ainda perpassam pela população nos dias atuais. Segundo o relatório do Instituto de estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) (citado por AGÊNCIA BRASIL, 2017), evidencia os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que as mulheres negras estão em desvantagem em relação aos demais grupos sociais no aspecto de classe, rendimento, e à escolaridade, o que interfere diretamente nas oportunidades cedidas à essas pessoas, seja em relação à educação, cultura, distribuição de renda, dentre outros fatores socioeconômicos.

Segundo Passos (2010, p.125), o racismo afeta a população negra e determina suas condições sociais, pois permaneceu na sociedade, e se materializou na cultura, no comportamento, nos valores dos indivíduos e das organizações sociais na sociedade brasileira, enraizando uma estrutura desigual de oportunidades sociais para as pessoas negras.

Nos espaços escolares, todo esse processo de desigualdade é vivenciado por meninas pretas logo nos anos iniciais de estudo, e perduram ao longo de toda vida escolar e acadêmica. Hilário e Santos (2021) afirmam que:

As experiências das meninas pretas nas instituições escolares são uma sucessão de silenciamentos e apagamentos: não fazem parte do time das garotas populares por não se adequarem à estética padrão, não são noivas de quadrilhas de festas juninas, não recebem abraços, não carregam a bolsa das professoras, não são convidadas às apresentações nas festas escolares, não

estão nos livros didáticos, nem como parte da história e nem como representantes fundamentais na organização da cultura brasileira. (HILÁRIO; SANTOS, 2021, p. 1613).

No ensino superior, as desigualdades racial e de gênero também são perceptíveis e vêm sendo superadas ao longo dos anos, conforme mostra o estudo realizado a partir da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de 2018, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES). O estudo evidencia o crescimento do acesso das pessoas negras ao ensino superior entre os anos de 2009 e 2015, o que se deve ao avanço das políticas educacionais, que avaliavam várias ações de expansão do ensino superior.

Destaca-se também, que o número de mulheres negras que estão no ensino superior está crescendo ao longo dos anos, devido à auto identificação das estudantes fomentada pelo feminismo negro que impulsiona as lutas e resistências, através do acesso à informação, aos movimentos sociais, e aumento da representatividade nos múltiplos espaços da sociedade, conforme afirmam Hilário e Santos (2021).

Para Ferreira e Camargo (2011), as relações sociais contribuem para um complexo processo identitário do indivíduo, mediado por um conjunto de costumes, crenças e valores, em que sua ação política e social antecede e determinada seu comportamento, e suas possíveis oportunidades. Dessa maneira, afirma Ciampa (1990, citado por FERREIRA; CAMARGO, 2011, p.384) “uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia”. Nesse sentido é importante fomentar as discussões sobre a questão étnico-racial nas escolas brasileiras, bem como incluir ações concretas no currículo escolar, como já implantado pela Lei 10.639, aprovada no ano de 1999 e promulgada em janeiro de 2003, a obrigatoriedade de temáticas de História e Cultura Afro-Brasileira. O que possibilita o conhecimento e representatividade para os alunos, e traça uma visão positiva do continente africano para professores e alunos, além de minimizar os estereótipos estabelecidos para as pessoas negras (SILVEIRA; FUCH, 2018).

O processo de acesso ao ensino superior, não é apenas demarcado pela desigualdade racial e de gênero, a vulnerabilidade socioeconômica também é um dos fatores que interferem os estudantes na transição do ensino médio ao curso superior. As mulheres, embora atualmente sejam a maioria no cenário educacional brasileiro, ainda enfrentam desafios de acesso ao ensino superior, devido às desigualdades de gênero. Elas ainda enfrentam o preconceito e as dificuldades de acesso à cursos predominantemente masculinos, bem como demais condições psicológicas e sociais, que interferem na permanência simbólica e material, no curso devido as condições de seu gênero.

As mulheres possuem diferentes papéis na sociedade que influenciam no seu acesso à universidade e na escolha dos cursos aos quais pretendem ter como profissão, devido à cultura enraizada na sociedade, que compreendem as mulheres em apenas uma posição social. Assim, Freitas (2017, p.364) enfatiza que “é preciso ressignificar a identidade dessa mulher negra, colocando-a enquanto produtora de conhecimento e um ser político, pois até o momento ela é vista a partir de um racismo histórico”.

Um elemento que contribui para o processo de rompimento histórico-social das mulheres negras no ambiente educacional é a democratização da educação, e esse processo é advindo das lutas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, por uma igualdade social e educacional (GOMES, 1999).

De acordo com Hilário e Santos (2021, p.1626) “racismo, opressões de gênero, silenciamentos, dentre outros, são aspectos que permeiam a ascensão da mulher preta na Universidade, potencializando a solidão que é enfrentada pela maioria das mulheres pretas”. Assim, faz-se necessário pensar no processo de construção de identidade racial na área educacional, para minimizar a diferença de raça no acesso das mulheres negras ao ensino superior. E, neste sentido, as políticas públicas possuem centralidade.

### **2.3 Papel das políticas públicas de acesso ao ensino superior em relação à percepção de mulheres sobre a universidade**

As primeiras diretrizes direcionadas à educação superior, foram um marco importante para se pensar o desenvolvimento da Universidade no Brasil. Ao longo de muitos anos, o processo educacional era conduzido de maneira discriminatória, pois o ensino profissional era conduzido para a classe trabalhadora e o ensino propedêutico para a elite.

Com o processo de redemocratização do país, após a queda do Estado Novo (1937-1945), foi debatida e elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que posteriormente, foi promulgada somente no ano de 1961, e reformulada nos anos seguintes pela Lei nº 5.692/1971 e pela Lei nº 9.394/1996.

Para o ensino superior, a Lei definiu benefícios para os estudantes ingressantes como o trabalho de pesquisa, investigação científica, a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Foram previstos cursos sequenciais de graduação e pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado, de especialização e aperfeiçoamento, bem como cursos de extensão, de acordo com a particularidade de cada instituição. Para a população, os benefícios foram definidos através da extensão cultural resultante da pesquisa científica e tecnológica desenvolvida dentro das universidades do país.

A reestruturação da educação escolar, dos níveis e modalidades da educação foi possível após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº9.394/1996, que marcou a história da educação no Brasil. A lei proporcionou a implementação de políticas e ações educacionais, que ampliaram os mecanismos de acesso aos cursos de nível superior, como a flexibilização dos currículos, a criação de centros tecnológicos de educação, processos seletivos e demais modificações que trouxeram possibilidades à população.

A princípio o ingresso dos estudantes à Universidade era possível através do vestibular que possuía caráter classificatório, e com o desenvolvimento da Lei, foram instituídos avaliações e programas que proporcionam hoje o acesso ampliado do aluno ao ensino superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado no ano de 1998 com o intuito de avaliar o desempenho do estudante ao final do ensino médio, porém depois de alguns anos, em 2009, as instituições universitárias passaram a utilizá-lo como critério para o ingresso do estudante ao ensino superior, substituindo a realização do vestibular. No ano de 2009, a fim de democratizar e ampliar as oportunidades de acesso às vagas das universidades públicas, foi instituído como forma de seleção unificada nos processos seletivos da rede pública de ensino superior.

Outras ações foram desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, foi desenvolvido de forma a expandir o acesso dos estudantes vulneráveis à educação superior, com o objetivo de financiar a formação na graduação superior. A fim de ampliar o acesso do aluno ao ensino superior, foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais à cursos de graduação e formação técnica, em instituições privadas de educação.

Nesse sentido, é possível observar a importância da instituição da LDB para o desenvolvimento da educação superior no Brasil. Para Waitz e Arantes (2009, p. 11), “A LDB confirmou tendência de reforço à autonomia das universidades no tocante às formas de acesso dos concluintes do ensino médio aos cursos superiores”. E embora desenvolvido mecanismos de acesso dos estudantes ao ensino superior, ainda se faz necessário investimento do Estado na educação, para que estes sejam aperfeiçoados e avaliada a qualidade dos programas existentes, com o objetivo de ampliar os benefícios da educação superior à toda população.

As políticas educacionais são caracterizadas como políticas públicas de cunho social e que visam a diminuição da desigualdade social no país. A universidade, nesse sentido,

desempenha através da formação profissional a função de desenvolver o conhecimento de mulheres e homens, para serem indivíduos críticos e atuantes na sociedade.

Porém, é importante destacar que no ensino superior as mulheres ainda estão associadas à estereótipos em relação aos cursos, ocupações e carreiras às quais devem seguir. Ainda há no entendimento social de que existem áreas e cursos que são específicos apenas para um gênero, o que influencia diretamente nas profissões no mercado de trabalho e ingresso em diversos cursos dentro das universidades (BARRETO, 2014).

As mulheres representam a maioria no ensino superior do Brasil. “De acordo com os dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, as mulheres lideram a presença em escolas, universidades e cursos de qualificação” (PEREIRA; FAVARO, 2017, p.2).

Porém mesmo sendo maioria dentro da universidade, as mulheres tentam desconstruir a ideia de cursos tipicamente femininos e da universidade ainda como espaço masculino. Esse processo acontece pela suposta superioridade do gênero masculino sobre o gênero feminino, que para Bourdieu (2003) o homem aprende a lógica da dominação masculina e a mulher absorve essa relação inconscientemente e a sociedade normalizando esse comportamento, legitima a ação por meio das repetições (BALESTERO; GOMES 2015).

Independentemente da posição em que a mulher ocupa, as funções e ações que desempenha, ainda são consideradas inferiores e insuficientes para a sociedade. E essa ausência de reconhecimento é fruto da desigualdade de gênero construída há anos na sociedade, o que interfere diretamente em suas escolhas à formação em um curso superior e posteriormente à sua entrada no mercado de trabalho (BARRETO, 2014).

Muitas das vezes, as escolhas das mulheres não são interferidas apenas pela desigualdade de gênero existente, mas também pelas condições econômicas e sociais que elas vivenciam, o que interfere em seu acesso e permanência dentro de uma universidade no país (PEREIRA; FAVARO, 2017).

As políticas públicas educacionais contribuem para a diminuição das desigualdades de gênero dentro dos espaços educacionais, bem como para a progressão e acesso feminino à cursos de ensino superior. Mas se faz necessário um amparo maior às mulheres, para que se garanta sua permanência na universidade, considerando que muitas delas desenvolvem múltiplas funções, e acumulam responsabilidades dentro do espaço e convívio social, como o cuidado com a casa, com filhos, trabalho e dentre outros fatores que interferem na qualidade e dedicação às atividades educacionais das mesmas (BARRETO, 2014).



### 3. METODOLOGIA

O objetivo central deste trabalho é compreender as dificuldades percebidas por mulheres pretas, estudantes do ensino médio da rede pública de ensino em acessar o ensino superior. Tendo como pretensão realizou-se uma análise em uma escola Estadual da cidade de Lavras - MG, para que a partir das análises coletadas, se possa obter um comparativo na instituição de ensino da percepção das estudantes pretas sobre a temática estudada.

Buscando alcançar o objetivo do presente trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturais com mulheres pretas estudantes do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As entrevistas foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa.

As entrevistas são importantes espaços e trocas de conhecimento que expandem o diálogo, sendo principalmente um instrumento de coleta de dados que permite a estruturação de um projeto atento às especificidades e demandas sociais de cada localidade estudada (ELIAS et al., 2021). A abordagem qualitativa, segundo Elias et al. (2021, p.4) “busca de alguma forma perceber a realidade humana, compreendendo e interpretando relações, valores, atitudes, hábitos e crenças, uma vez que esta realidade é vivida socialmente”.

O método utilizado para o trabalho foi o estudo de caso em uma escola Estadual do município, localizada em uma região que recebe alunos de bairros periféricos, podendo influenciar no fenômeno estudado. O estudo de caso é interpretado como uma metodologia ou escolha de objeto definido pelo interesse em casos individuais, que busca a análise de um caso específico, bem definido, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca de informações (VENTURA, 2007, p.384).

A técnica de análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009 citado por FARAGO; FOFONCA, 2012, p.2) diz que “a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Dessa maneira, a escolha da metodologia também contribui para alcançar os objetivos específicos do trabalho, a fim de compreender o papel das políticas públicas de acesso ao ensino superior, quais as perspectivas das mulheres pretas sobre a Universidade e sobre a possibilidade em cursar uma faculdade dentro de uma rede pública de ensino.

Assim, o trabalho pretende, por meio de uma análise descritiva, verificar a partir das problemáticas sociais como a desigualdade racial e de gênero, a vulnerabilidade socioeconômica e demais impedimentos históricos, culturais e sociais, influenciam o ingresso das mulheres pretas em Universidades Federais.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Análise de dados

A trajetória do Ensino Médio para o Ensino superior, é demarcada por muitos desafios para os jovens, sobretudo para os estudantes negros que muitas vezes enfrentam situação de racismo dentro do ambiente escolar. Segundo Sena (2017 citado por SÁ, 2021, p. 7) “ao pensar escolarização de jovens negros, as desigualdades quanto ao acesso, permanência e sucesso nas várias etapas do ensino ainda está presente, apresentando-se de forma perversa em comparação às condições dos jovens brancos”. Em relação às mulheres pretas, além do racismo sofrido pelas mesmas, há a desigualdade de gênero vivenciada por elas, que lutam por espaço e visibilidade social sobretudo no campo educacional e do trabalho.

A partir de entrevistas realizadas em uma escola pública estadual, situada no interior de Minas Gerais, com oito mulheres autodeclaradas pretas e estudantes do Ensino Médio regular ofertado no período noturno, e pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi possível observar as marcas das desigualdades de raça, gênero e social. A seguir, serão apresentadas as participantes desta pesquisa. Cabe destacar que os nomes são fictícios, para garantir o anonimato delas.

Ana Gabriela está cursando o 1º ano do Ensino Médio na modalidade EJA, ela possui dezoito anos, é solteira, sem filhos e reside com os pais. A estudante não trabalha e não está em busca de emprego, pois pretende fazer cursos na área de Administração e Economia. Já passou por situações de racismo dentro da escola, declara ter consciência sobre o assunto, mas não se preocupa ou demonstra sentimentos quando acontece uma situação de racismo. Sua trajetória escolar foi toda realizada em escola pública e no início da pandemia do Covid-19 ficou dois anos sem estudar por não conseguir fazer a matrícula. No ano de 2022 ela retornou os estudos no EJA e não possui dificuldade para frequentar as aulas no período da noite. Os planos da estudante para quando finalizar o Ensino Médio, é encontrar algo que gosta de fazer, embora não tenha decidido ainda, ela pretende formar em alguma área relacionado à Matemática ou cálculo, talvez, por acreditar que Administração e Economia são áreas diretamente relacionadas às ciências exatas. Ela acha importante ter uma faculdade devido à exigência de escolarização no mercado de trabalho e por ser uma possibilidade de melhorar a condição de vida da família. A estudante não conhece o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já ouviu falar e viu por alguns meios de comunicação, mas não sabe como funciona, além disso também não conhece a Universidade Federal de Lavras (UFLA), nunca ouviu falar e não se recorda de algum professor comentar sobre a instituição. Por fim, a Ana Gabriela diz que não acredita que exista

diferença entre mulheres negras e brancas no estudo, mas que sim em outras situações como no trabalho, mas que não passou por alguma situação porque ainda não procurou emprego, pois pretende concluir o ensino médio, fazer cursos para ingressar em uma faculdade e procurar o que gosta.

Beatriz cursa o 1º ano do Ensino Médio na modalidade EJA, ela possui 40 anos, é casada, reside com as filhas e o cônjuge. Ela não tem um emprego formal, mas auxilia sua mãe com as tarefas domésticas. Está à procura de emprego há mais ou menos dois anos, porém encontra dificuldade em ser contratada pois não finalizou o ensino médio. Nunca percebeu ter passado por uma situação de racismo na escola ou em outro ambiente, e não sentiu dificuldade na busca de emprego por ser uma mulher negra. Sempre estudou em escola pública, mas teve que parar de estudar em alguns momentos, pois teve que ajudar a avó que estava doente e depois descobriu que estava grávida de cinco meses e não conseguiu permanecer estudando. A estudante possui dificuldades para estudar no período da noite por conta da distância de sua casa até à escola e devido aos horários de ônibus que coincidem com o fim das aulas, por esse motivo, às vezes sai mais cedo da aula. Seus planos para quando finalizar a Ensino Médio são fazer um curso de Enfermagem ou Farmácia, que é a área que ela conhece. Ela sonha em fazer faculdade e diz que nunca é tarde, mas o que a impede é a questão financeira e a distância de deslocamento. A Beatriz conhece a UFLA, já ouviu sobre alguns cursos, acredita que alguns são pagos e outros não, inclusive a sua filha não passou nessa instituição porque possui a pele mais “clara” e em seu registro civil não possui a identificação de cor/raça. Ela não acredita que exista diferença entre estudantes negras e brancas dentro da faculdade, acredita que há um pouco de racismo na sociedade, mas que tenta relevar essa questão.

Hellen está cursando o 1º ano do Ensino Médio na modalidade regular, ela possui dezessete anos, namora e não possui filhos, mora com a mãe, o padrasto e as irmãs. Ela trabalha como Jovem Aprendiz, faz o curso preparatório cedido pelo programa na parte da manhã e trabalha no período da tarde. Já enfrentou o racismo quando mais nova, algumas pessoas ficavam zombando a sua cor, mas, segundo ela, não se importava com a situação. Sua trajetória escolar foi cursada em escola pública e já reprovou um ano, pois ficou doente, mas no momento não possui dificuldade de frequentar as aulas. A estudante acha importante ter uma faculdade, pois acredita ser bom adquirir mais conhecimento, mas não sabe qual curso fazer. Ela conhece pouco sobre o ENEM, conhece também a UFLA, mas nunca foi e não sabe quais os cursos que existe na instituição. O que te motiva a permanecer estudando é conseguir formar e ter uma boa profissão, além disso, sua mãe a incentiva a continuar estudando, por isso, não passa pela sua

cabeça parar de estudar. Ela acredita que não existe diferença entre mulheres negras e brancas na faculdade.

Ester está cursando o 2º ano do Ensino Médio na modalidade regular, ela possui dezesseis anos, solteira e reside com a mãe e o padrasto. Não trabalha, mas procura emprego e enfrenta dificuldade em conseguir se inserir no mercado de trabalho, pois não possui carteira de trabalho devido à um erro em seu Cadastro de Pessoa Física (CPF). Já passou por racismo na escola, pois possui o cabelo crespo e conta que teve um dia em que sua mãe arrumou seu cabelo e o deixou solto, quando chegou à escola algumas meninas fizeram comentários pejorativos sobre o seu cabelo. Ela sempre estudou em escola pública, mas nunca morou em um lugar fixo, pois seu pai trabalhava como retireiro na zona rural e sempre que eles mudavam de roça conseqüentemente ela mudava de escola. Depois de um tempo seu pai faleceu, mas ela permaneceu nessa transição de local. Ela não possui dificuldade em frequentar as aulas, pretende permanecer estudando por vontade de sua mãe e porque acredita que ajudaria em uma possível vaga de emprego. A estudante conhece o ENEM, mas não tem interesse em fazer, também conhece a UFLA, mas não quer fazer faculdade, ela pretende fazer alguns cursos e tentar entrar no Corpo de Bombeiros. Acredita que a faculdade pode ajudar em alguma coisa, mas acredita que não precisa, além de ser muito caro e ser difícil conseguir nota. Caso fosse fazer faculdade faria de Administração para ajudar a entrar no Corpo de Bombeiros, mas não acredita que o ensino superior seja uma garantia de conseguir um emprego, por isso prefere o concurso. Ela acredita na diferença entre mulheres pretas e brancas no Ensino Superior, porque existe muitas pessoas racistas, para ela, querendo ou não, essa diferença vai existir.

Fabiana cursa o 2º ano do Ensino Médio Regular, ela possui 16 anos, namora, sem filhos e mora com os pais, irmãos e sobrinhos. Ela não trabalha, mas está em busca de emprego, por isso decidiu estudar no período noturno para conseguir trabalhar durante o dia. Sempre estudou em escola pública e nunca percebeu o racismo na escola. Seus planos para quando terminar o Ensino Médio é fazer um curso de Administração, Direito ou Medicina Veterinária, porque acha importante ter uma faculdade para apreender mais e auxiliar outras pessoas dependendo do curso que for fazer. Ela não conhece o Enem, embora às vezes comentam sobre na escola, mas conhece a UFLA e não sabe dizer se na instituição possui os cursos que têm vontade de cursar. A estudante se imagina dentro de uma faculdade daqui há mais ou menos cinco anos, e fica feliz por pensar que vai fazer faculdade, pois é um sonho de melhoria de vida. Ela não acredita que exista diferença entre mulheres pretas e brancas na faculdade.

Carolina está cursando o 3º ano do Ensino Médio na modalidade regular, ela possui 17 anos, solteira, sem filhos, reside com a tia, os primos e a avó. Ela trabalha e nunca percebeu o

racismo no ambiente de trabalho, porém na escola quando era mais nova sofria racismo e sempre à ofendiam chamando de macaca, cabelo de “Bombрил”, falavam que era negra porque bebia muito café. Sua trajetória escolar foi cursada sempre em escola pública, passando por várias escolas e sempre sofrendo agressão verbal devido à sua cor e seu cabelo, por este motivo prendia e fazia alisamento no cabelo, mas afirma nunca ter tido problemas psicológicos, depressão e ansiedade por conta das situações que passou. A entrevistada necessita trabalhar para ajudar em casa, pois não mora com a mãe, por isso estuda durante a noite e não tem dificuldade para ir às aulas. Porém, com a pandemia da Covid-19 encontrou dificuldades nos estudos, por tudo ser muito rápido, ter conteúdo online e ela não ter acesso à celular e internet para assistir as aulas. Assim que terminar o Ensino Médio, pretende fazer um curso de Administração, porque o seu sonho é ter uma loja de roupas e para isso precisa estudar pra conseguir fechar, abrir caixa e administrar seu negócio, mas que se não fosse por esse sonho ela não iria fazer faculdade porque não acha importante. Quando mais nova possuía o sonho de ser professora, mas depois vendo algumas notícias de alunos agredindo professoras, desistiu e está focada em fazer Administração para abrir seu próprio negócio. Ela conhece o ENEM, mas na escola é pouco divulgado, apenas uma professora incentiva os estudantes a se inscreverem. Ela conhece a UFLA, ficou encantada em conhecer e que seu sonho é estudar na universidade, mas que é muito difícil acessar o ensino superior, também acha que alguns cursos são pagos. A estudante acredita que fazer faculdade é uma etapa que muitas pessoas não conseguem acessar ou concluir, por muitas vezes não ter condições financeiras, algumas pessoas engravidam na juventude, não ter um sonho como ela, mas que se fizesse daria orgulho para sua mãe, porque seria a primeira da família a ter uma faculdade. O que te impulsiona a continuar estudando é para ter um futuro melhor, porém, ter que conciliar as rotinas de trabalho e estudo é muito cansativo e desafiador. Muitas vezes ela se imagina na faculdade, mas em outras, percebe esta situação como inalcançável. Para ela, cursar o ensino superior significa um futuro de uma vida financeira bem-sucedida, além de melhores condições para a família, porém as suas condições financeiras a impedem de sonhar com esta possibilidade no presente momento. Ela acredita que não existe diferença entre mulheres negras e brancas na faculdade.

Dayana cursa o 3º ano do Ensino Médio regular, ela possui 17 anos, solteira, sem filhos, mora com os pais e sobrinha. Já vivenciou situação de racismo na escola quando mais nova, mas depois de um tempo passou a não se preocupar com isso, pois acredita que o mundo esteja menos racista e que prefere não se doer pela situação, se não a sua vida para. Sempre estudou em escola pública, tinha muitos amigos, era boa aluna, mas depois de um tempo suas notas ficaram baixas, provavelmente por ter que conciliar trabalho e estudo. Ela decidiu estudar no

período noturno porque começou a trabalhar, mas não tem dificuldade para ir às aulas. Seu objetivo quando terminar o Ensino Médio é fazer o ENEM, fazer outros processos de avaliação e vestibular para tentar o curso de Administração que é o seu foco. Acredita ser importante ter uma formação em nível superior, mas não muito necessário, pois no mercado de trabalho o principal é ter o Ensino Médio. Durante a pandemia enfrentou dificuldades com o formato remoto, acha que faltou incentivo dos professores e da escola. Ela conhece a UFLA e acredita que a universidade seja bem completa, porém não possui uma visão geral dos cursos que tem. O que te motiva a permanecer estudando é o seu foco, o apoio da família significa que conseguiu vencer o preconceito e racismo e que não é fácil, mas é o que possibilita tornar um cidadão melhor. Ela se sentiria orgulhosa de si. A entrevistada acredita que existe diferença entre as estudantes negras e brancas no ensino superior, tanto pelo lado dos alunos quanto dos professores, acha que a sociedade está precária de conhecimento, que essa diferença vem do passado e se enraizou pela cultura, os laços familiares e essa rotulação segrega as pessoas pretas das brancas.

Gabriela está cursando o 3º ano do Ensino Médio na modalidade EJA, ela possui 19 anos, solteira, sem filhos e mora com os pais. Ela trabalha como trancista autônoma e por isso tem um horário de trabalho flexível, porém, possui dificuldade para comparecer às aulas nas sextas-feiras, devido ao seu trabalho. Já vivenciou situações de racismo dentro e fora da escola. Ela construiu a sua trajetória escolar em uma escola pública, mas ressaltou que este caminho foi conturbado, pois se mudavam de endereço com frequência e seu comportamento na escola fez com que ela tivesse algumas reprovações em seu histórico escolar, o que a fez abandonar os estudos por um tempo. Com o início da pandemia ela decidiu que gostaria de retomar o percurso acadêmico e decidiu pelo período noturno para conciliar com o trabalho. Mas como ela está matriculada na modalidade EJA, afirmou se tratar de um grande desafio, pois nesta modalidade, há pouco tempo para o diálogo e a discussão mais aprofundada dos temas estudados. Seus planos para quando finalizar o Ensino Médio é reabrir o curso de Técnica em Enfermagem e finalizar o mesmo, depois cursar o ensino superior em Enfermagem, que é o único curso em que possui interesse. Ela acha importante um diploma universitário, mas para ela isto não está relacionado diretamente a ter um emprego, pois ela trabalha com o que gosta e julga ser um bom emprego. A entrevistada conhece o ENEM, mas não tem interesse em fazer a prova algum dia, também conhece a UFLA já foi em alguns eventos na instituição. Quando pensa no ensino superior enxerga como uma responsabilidade muito grande. Para ela é uma pressão pessoal, mas que ninguém te pressiona, apenas incentiva a estudar e que isso é uma motivação para continuar estudando para alcançar um futuro melhor, uma conquista pessoal.

Ela sempre gostou de estudar e acredita que seria um orgulho para a família cursar o ensino superior, mas o que desanima são os anos de estudo, seu receio é que por esse motivo não consiga trabalhar e fazer o que gosta. Primeiro ela pretende finalizar o curso técnico porque não gosta de deixar nada pela metade, mas depois se imagina cursando uma graduação. Para ela, é uma honra, provaria que consegue e que não tem diferença em relação às outras pessoas brancas. Ela acha que existe diferença entre mulheres negras e brancas na faculdade e até mesmo na escola, que a impressão é que as oportunidades para as mulheres brancas são maiores, e que isso acontece devido à discriminação, da cor, do lugar onde as mulheres pretas vieram. A entrevistada evidencia o seu emprego como exemplo, pois ela atende em domicílio algumas mulheres brancas ricas que residem em condomínio e que quando ela era questionada do bairro em que mora, algumas mulheres já ficavam desconfiadas, então ela acredita que esse tipo de situação é racismo.

Diante das entrevistas realizadas, notou-se que a maioria das estudantes entrevistadas são adolescentes e jovens, sem filhos e residem com a família (pais, avós, irmãos, sobrinhos, primos e tia). Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e segundo o Estatuto da Juventude estabelecido pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. Apenas a entrevistada Beatriz, não se encontra nesta faixa etária, ela tem quarenta anos, é casada, possui filhas e reside com elas, juntamente com seu cônjuge.

As estudantes declararam que já sofreram o racismo, apenas duas delas afirmaram não ter passado por situações de racismo. Porém, embora tenham detalhado durante as entrevistas os fatos racistas que aconteceram com as mesmas, foi possível identificar que elas não conseguem perceber a proporção e de que maneira essas desigualdades acontecem. O racismo no Brasil é uma questão estrutural, que está presente nas relações hierárquicas, de gênero e econômicas. As desigualdades raciais são graves, conforme afirma Heringuer (2002):

Apresentam-se em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a saúde na infância, passando pelo acesso à educação e cristalizando-se no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo (HERINGER, 2002, p. 58).

As vivências socioeconômicas e educacionais da população negra são marcadas pela desigualdade racial, o que se diferencia entre homens e mulheres. As mulheres tendem a sofrer com maior intensidade o preconceito, sobretudo as mulheres negras que representam 23,4% da

população brasileira e estão reféns de inúmeras formas de discriminação reflexo da estrutura social do racismo e sexismo, que podem prejudicar as mesmas em diversos âmbitos de sua vida (PINHEIRO; SOARES s.d.).

Dentre as oito entrevistadas, metade já está inserida no mercado de trabalho e as outras quatro não possuem emprego, mas procuram uma oportunidade de trabalho. Apenas a estudante Ana Gabriela que optou por não trabalhar no momento e decidiu investir em cursos na área de Administração e Economia. Para elas a forma imediata de se conseguir um emprego, é investindo em cursos profissionalizantes e embora muitas vejam como importante a inserção em uma faculdade, ela não garante o ingresso no mercado trabalho.

O trabalho é uma necessidade para as entrevistadas, mas o mesmo tempo em que ele auxilia como fonte de renda, ele influencia a permanência delas na escola e continuidade dos estudos, pois, muitas vezes é difícil para elas conciliar a jornada de trabalho com os estudos. Embora acreditem na importância de cursar o ensino superior, a maioria das entrevistadas julgam não ser necessário para acesso ao mercado de trabalho, o que de fato não é. Muitas já acessaram o mercado de trabalho, mesmo não tendo concluído, sequer, o ensino médio. Porém, para acessar postos de empregos formais, com melhores salários, o ensino superior se faz necessário.

Para Mello (2017), a posição das pessoas no mercado de trabalho depende de dois elementos. O primeiro se trata das características adquiridas (escolaridade, experiências e outras), que podem ser obtidas considerando necessariamente as inúmeras oportunidades de acesso dos indivíduos a elas. Diferentemente, o segundo são os caracteres adscritos que podem ser temporários como a idade, que em alguns momentos afetam o sujeito em sua vida, ou podem ser definitivos como gênero e raça, que torna mais complexos impedir que as pessoas utilizem para se diferenciar.

Todas as mulheres desse estudo, durante a sua trajetória escolar sempre estudaram em escola pública. Porém enfrentaram e enfrentam algumas dificuldades para permanecerem no Ensino Médio, seja por questões pessoais ou sociais que interferem no processo das estudantes. A divergência de horários entre as aulas e o transporte público do município, motivos de saúde pessoal ou de familiar, gravidez, reprovações, transição de moradia e escolar são um dos fatores apontados pelas estudantes, que influenciaram e influenciam em sua trajetória escolar, afetando de forma direta e indireta o acesso futuro das mesmas ao Ensino Superior.

A população negra, em muitos momentos, é relegada à espaços de inferioridade devido à falta de oportunidade de acessos e vulnerabilidade socioeconômica, e nesse sentido Hilário e Santos (2021, p. 1617) afirma:



As meninas pretas, em grande medida, carregam desde muito cedo a responsabilidade que a intersecção raça, gênero e classe social lhes facultam sobre os ombros: para essas meninas ser criança e sonhar com um futuro escolhido é um luxo que não podem se permitir. Precisam ficar menores para caber nos espaços destinados na escola, nas relações afetivas e profissionais, na resistência para sobrevivência.

Dos Santos (2017) define a interseccionalidade como “o estudo das interconexões entre formas ou sistemas de opressão, dominação ou discriminação”. O termo é utilizado por estudiosas e feministas pretas, para falar sobre a definição da experiência de ser uma mulher preta, e que tal processo deve levar em consideração uma relação de interação em que racismo e sexismo reforçam uma à outra.

A maioria das estudantes entrevistadas veem os estudos como a possibilidade de possuir um futuro melhor, seja na melhoria de qualidade de vida e sobretudo para emancipação econômica que uma faculdade pode proporcionar. Nesse sentido se veem motivadas a buscar acessar o Ensino Superior ou cursos técnicos, que possibilitam uma ascensão social.

Ao longo de toda trajetória de construção do sistema de educação no Brasil, desde o período de escravidão, a população negra foi colocada à margem do processo produtivo, o que ocasionou uma série de desigualdades educacionais, que refletem até hoje nos índices de analfabetismo, reprovação e evasão escolar. Não desconsiderando os avanços que foram significativos para o reconhecimento da diversidade socioeconômica, étnica e cultural brasileira (SILVEIRA; FUCH, 2019).

Duas das estudantes entrevistadas não conhecem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apenas três conhecem e sabem como o sistema funciona, e as outras estudantes conhecem superficialmente sobre o Exame. Nesse sentido é válida a reflexão sobre a divulgação e o público-alvo que ele possui o objetivo de atingir, para quais estudantes o exame é elaborado, para qual estudante essa informação é disseminada e qual meio vincula o acesso à essa informação, qual o papel da escola na divulgação e incentivo em conhecer e saber da importância da prova para acesso ao Ensino Superior.

Sobre a Universidade, que possui sede na mesma cidade em que elas cursam o Ensino Médio, as entrevistadas demonstraram pouco conhecimento sobre a instituição, uma delas não sabe sobre a mesma, o que se faz pensar sobre qual o papel da universidade dentro da comunidade e sua interação com a mesma, sobretudo com as estudantes.

As políticas públicas educacionais instituídas nos últimos anos foi um importante avanço de representatividade da comunidade negra nos espaços de ensino superior público e privado no Brasil, a fim de reduzir no âmbito educacional as desigualdades raciais no país.

Segundo Feres (2011, citado por ARTES; RICOLDI, 2015, p. 862 e 863), ao final do ano de 2010 no Brasil, 71% das universidades públicas possuíam alguma modalidade de cota racial, ou para alunos de escola pública. No ano de 2012 foi implementada a Lei 12.711 de 2012, a Lei de Cotas, que prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam destinadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Sendo metade dessa porcentagem para a população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa e a distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência de cada estado, de acordo com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BAPTISTA, 2022).

Embora alguns dados evidenciem um avanço do número de pessoas negras dentro das universidades públicas e privadas no Brasil, o autor Baptista (2022) destaca os dados do Censo de educação Superior de 2019, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontando que pessoas brancas representavam 42,6%, sendo maioria nas universidades públicas e privadas. Os demais números somavam 31,1% de pardos, 7,1% de pretos, 1,7% de amarelos, e indígenas 0,7%, enquanto a raça/cor de 16% era desconhecida.

As mulheres negras, comparado às mulheres brancas, possuem um esforço maior ao acessar o ensino superior, representando 5,6% das pretas e pardas que conseguem, e não se trata apenas de uma diferença quantitativa, mas também de ocupação na hierarquia universitária, à trajetória de ingresso, e as condições de permanência na universidade (GOIS, 2008).

Na visão geral das meninas, a faculdade causa muitas sensações nas mesmas, e a principal delas é o sentimento de orgulho que proporciona uma melhor qualidade de vida e crescimento como indivíduo, mas ao mesmo tempo não garante o acesso ao mercado de trabalho, que para elas demonstrou ser prioridade. Nesse sentido Góis (2008) reitera:

Para os negros, por situarem-se entre os segmentos mais pobres em nossa sociedade, o acesso a esse nível de ensino é fortemente delimitado por questões materiais que incluem não somente a gratuidade como também a necessidade de proximidade da escola em relação a casa, a possibilidade de obtenção de auxílios, a existência de certos serviços assistenciais como alimentação gratuita e um planejamento meticuloso da provável necessidade de articular estudo e trabalho. Para as mulheres, esta última necessidade é ainda complexificada porque tradicionalmente também cabe a elas o exercício de atividades no lar, o que faz com que tenham de articular o estudo com o trabalho profissional e com o trabalho doméstico. (GÓIS, 2008, p. 749).

Em suma as entrevistadas não possuem grandes perspectivas sobre o Ensino Superior. O foco está em investir em cursos técnicos e profissionalizantes, para se manterem no mercado de trabalho, pois veem o Ensino Médio como sendo suficiente para o primeiro emprego. O curso superior em Administração é a principal opção das entrevistadas, caso essas optem por fazer uma faculdade, mas a questão financeira e o tempo interferem para o início e conclusão desse processo.

A seguir serão apresentadas as considerações finais sobre o estudo realizado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se compreender quais as dificuldades das meninas negras, estudantes do ensino médio, em acessar o ensino superior, bem como a efetividade e seguridade das políticas públicas de acesso ao ensino superior podem contribuir para elas nesse processo.

É importante destacar que todas as entrevistadas se identificam como mulheres pretas e algumas já vivenciaram situações de racismo dentro do ambiente escolar, no mercado de trabalho e em outros meios sociais, porém tentam não dar relevância para o assunto como uma forma de minimizar o problema. Além disso, quando pensam sobre a educação superior, a maioria não considera existir uma diferença entre mulheres pretas e brancas dentro da faculdade. Essa percepção das meninas se dá pelo fato de que embora exista um avanço nas discussões étnico-raciais e de gênero no Brasil, a comunidade negra se encontra sub-representada em diversos espaços na sociedade, o que reforça como o racismo é um problema estrutural, sendo um processo histórico que se mantém velado na coletividade.

As estudantes salientam a necessidade de se inserirem no mercado de trabalho, pois é uma fonte de renda delas para se manterem ou contribuírem com a renda familiar. Acreditam que cursar o Ensino Superior é importante, principalmente para acessarem cargos e salários melhores, porém a faculdade não é a garantia de inserção no mercado de trabalho. A maioria das estudantes entrevistadas, sonham e se veem dando continuidade aos estudos seja fazendo um curso superior ou um curso profissionalizante. Porém, as dificuldades pessoais e sociais como a situação econômica, o trabalho, a moradia, as questões familiares e de saúde são um dos fatores, dentre vários, que contribuem para que elas tracem uma perspectiva diferente da qual imaginam para o seu futuro.

Embora dentro da cidade das entrevistadas exista uma universidade pública, muitas desconhecem informações básicas da instituição, como quais os cursos que são disponibilizados pela mesma, qual o meio de acesso a ela, se é uma faculdade pública ou privada, dentre outras particularidades essenciais que podem definir o acesso das estudantes ao ensino superior ofertado pela organização.

O desconhecimento das entrevistadas não se limita apenas sobre as universidades existentes dentro, ou fora de seu município, mas também sobre o objetivo e as condições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Assim, torna-se importante refletirmos sobre como a comunicação, seja digital ou pessoal, é importante para o acesso e permanência das estudantes no ensino superior. Devemos pensar em como a informação sobre o ingresso ao ensino superior público e privado são disseminadas, para qual público alvo ela está direcionada, qual o meio de

vinculação da mesma, dentre outras questões que podem limitar que as jovens possuam a possibilidade de dar continuidade de seus estudos.

Assim, conclui-se que as mulheres negras enfrentam além da desigualdade racial, a desigualdade de gênero, e demais fatores sociais, culturais, econômicos e impedimentos históricos, que interferem diretamente em seu acesso e permanência no ensino superior, bem como na possibilidade do mesmo para a inserção no mercado de trabalho e ascensão social.

Dessa maneira, é importante estabelecer estratégias que ampliem a construção e desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo as educacionais, que proporcionem a consciência racial e de classe. Contribuindo para que as mulheres pretas avancem no processo escolar e social, e assim ocupem seu espaço para acessar o Ensino Superior e também locais que vão para além do ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando G. **Transição e adaptação à Universidade: Apresentação do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA)**. Psicologia, Vol. XIV (2), p. 189-208. 2000.

ANDRADE, Maria do Amparo da Silva; SILVA, Antônia Maria Cardoso e.; **As políticas públicas de acesso à Educação Superior**. VI Congresso Nacional de Educação. 2019.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **Acesso de negros no Ensino Superior: o que mudou entre 2000 e 2010**. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n158, p. 858-881, out/dez, 2015.

BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. **Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina**. Revista CEJ, Brasília, Ano XIX, n. 66, p. 44-49. 2015.

BAPTISTA, Rodrigo. **Lei de Cotas tem ano decisivo no Congresso**. Senado Federal. 2022. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso#:~:text=J%C3%A1%20o%20Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,ind%C3%ADgenas%2C%200%2C7%25> >. Acesso em: 18 fev. 2022.

BARRETO, Andreia. **A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, n. 6. 2014.

CARVALHO, Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio D.; **Desigualdade de Oportunidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013**. Economia Aplicada, v. 19, n. 2, p. 369-396. 2015.

DOS SANTOS, Sônia Beatriz. **Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras**. Vozes, Pretérito & Devir Ano IV, vol. VII, nº I. Dossiê Temático: Gênero e Diversidade ISSN: 2317-1979. 2017.

ELIAS, Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues; SARTORI, Viviane; DE ALMEIDA, Iara Carnevale. **Entrevistas semiestruturadas na captura, construção e compartilhamento do conhecimento em projetos de extensão universitária**. In: Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–ciki. 2021.

Estatuto da Criança e do Adolescente. **Decreto de Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> >. Acesso em: 06 fev. 2023.

Estatuto da Juventude. **Decreto de Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Disponível em: < [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude/publicacoes/estatuto\\_da\\_juventude\\_2022-defeso.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude/publicacoes/estatuto_da_juventude_2022-defeso.pdf) >. Acesso em: 06 fev. 2023.

FAGUNDES, C. **Transição Ensino Médio–Educação Superior: Qualidade No Processo Educativo**. Educação Por Escrito, v. 3, n. 1, 24 jul. 2012.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. **A Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações**. Revista Linguasagem, 2012.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia: ciência e profissão. v. 31, p. 374-389, 2011.

FGV CPDOC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-lbden#:~:text=A%20primeira%20Lei%20de%20Diretrizes,pela%20Lei%20n%C2%BA%209.394%2F1996> >. Acesso em: 21 fev. 2022.

FREITAS, Thayanne Tavares. RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala. Belo Horizonte: Letramento**, 2017.112p. (Feminismos Plurais). Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 361-366. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/WrqXLFMHpLHgGZCpnph8wCM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/01/2023.

GISI, Maria Lourdes. **A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência**. Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

GÓIS, João Bôsko Hora. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior**. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 743-768, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres negra e Educação: trajetórias de vida, histórias e de luta**. Revista Cadernos Pagu, Unicamp, V Encontro de História Oral, Belo Horizonte, FAFICH, 1999.

HERINGUER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, p. S57-S65, 2002.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida; DE SOUZA SANTOS, Vinicius. **Interseccionalidade, educação e representatividade: o impacto de raça e gênero no percurso acadêmico**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 7, n. 3, p. 1610-1632, 2021.

MELLO, Luciana Garcia. **A complexa teia de desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: < [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278347342\\_ARQUIVO\\_ArtigoFazendoGenero-modelo.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278347342_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-modelo.pdf) >. Acesso em: 08 fev. 2023.

PASSOS, Joana Célia dos. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública**. Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Doutorado em Educação Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2010.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência**. IV Seminário Internacional de Representações sociais, Subjetividade e Educação, 2017.

PINHEIRO, Luana; SOARES, Vera. **Retrato das Desigualdades, Gênero e Raça**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM/Instituto de Pesquisa

Ecômica e Aplicada – IPEA. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em: 08/02/2023.

PINHO, Ana Paula Moreno; DOURADO, Laís Carvalho; AURÉLIO, Rebeca Martins; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **A transição do ensino médio para a universidade: um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 33-47. 2015.

REIS, Dyane Brito; TENORIO, Robinson Moreira. **Políticas Públicas de acesso e permanência da população negra no Ensino Superior – Um debate em curso**. Repositório Institucional da UFBA, 2009.

**Revista Mulheres na Ciência**. 1, 2019. Disponível em: <

[https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/d1\\_revista.pdf](https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/d1_revista.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SÁ, Marcelo Henrique de. **Juventude Negra: desafios para o Ensino Médio e Ensino Superior no Brasil**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 10 a 15 de outubro de 2021. ISSN: 2175-8875. 2021.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais**. Psicol. saber soc, p. 168-182, 2015.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes. **Um panorama das ações afirmativas em Universidades Federais no sudeste brasileiro**. Cad. Pesqui., São Paulo, v.49, n.173, p.184-207. 2019.

SILVA, Monalisa Nanaina da; MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos. **Representatividade da mulher negra em cartazes publicitários do Ministério da Saúde**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 52, 2018.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. 2569 Texto para discussão. 2020. Disponível em: <  
[https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2569.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SILVEIRA, Jhennifer Cristine da; FUCH, Andréa Márcia S. Lohmeyer. **A questão étnico-racial na educação básica: a escola no processo de “autoidentificação racial” das crianças e adolescentes**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

SOARES, Nicelma Josenila Brito; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Pertencimento racial e relações sociais estabelecidas no espaço escolar**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v.13, n.1. 2011.

**V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Disponível em: <  
<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Ver SOCERJ. 2007;20(5):383-386, setembro/outubro.



VIEIRA, Isabela. **Desigualdades raciais e de gênero se mantêm no país, segundo estudo.** Agência Brasil, 2017. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/desigualdades-raciais-e-de-genero-se-mantem-no-pais-constata> >. Acesso em: 09 mar. 2022.

WAITZ, Inês Regina; ARANTES, Magda Patrícia C. **Políticas Públicas para o Ensino Superior: o processo de democratização do acesso.** Anuário de Produção acadêmica docente. vol. III, nº. 5. 2009.